



Revista de História e Estudos Culturais

Julho - Dezembro de 2023 Vol. 20 Ano 20 nº 2

www.revistafenix.pro.br ISSN 1807-6971

RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DO MACKENZIE COLLEGE (1870-1912): UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-SOCIAL

REPORTS OF THE PRESIDENTS OF MACKENZIE COLLEGE: (1870-1912): A HISTORICAL-SOCIAL APPROACH

Sérgio Ribeiro Santos*

Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM

 <https://orcid.org/0000-0002-6418-7324>

sergio.santos@mackenzie.br



www.revistafenix.pro.br

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar os relatórios dos dois primeiros presidentes do Mackenzie College desde a sua fundação em 1870 até 1912. A hipótese é que o empreendimento educacional e religioso desses missionários protestantes estadunidenses deu origem ao atual Instituto Presbiteriano Mackenzie. Buscou-se aprofundar a compreensão da simbiose entre religião e política, como essas atuam nas construções de uma identidade e particular visão de mundo e suas consequências nas relações com o outro.

PALAVRAS-CHAVES: Mackenzie College; visão de mundo; destino manifesto; protestantismo; primeira-república.

ABSTRACT: This article aims to analyze the reports of the first two presidents of Mackenzie College from its foundation in 1870 until 1912. The hypothesis is that the educational and religious enterprise of these American Protestant missionaries gave rise to the current Mackenzie Presbyterian Institute. We sought to deepen the understanding of the symbiosis between religion and politics, how these act in the construction of an identity and a particular worldview and their consequences in relationships with the other.

KEYWORDS: Mackenzie College; world vision; manifest destiny; protestantism; first republic.

* Pós-Doutorado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutorado em História pela Universidade Federal de Mato-Grosso (UFMT). Professor Assistente I de Período Integral na Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

INTRODUÇÃO

As guerras napoleônicas que forçaram à família real portuguesa e sua corte a se fixarem no país produziram vários efeitos à médio e a longo prazo para a Colônia. Dentre eles, pode-se citar o fim do Pacto Colonial, a abertura dos portos, à presença de anglo-saxões em solo brasileiro e a reconfiguração da dinâmica social e política. Como parte dessa conjuntura, uma nova política imigratória foi estabelecida e incentivada, quando não, patrocinada, permitindo assim, a presença de outras nacionalidades em território nacional.

Esta abertura interna, que cronologicamente coincide com o processo de expansionismo e imperialismo, criou um momento favorável ao ambiente comercial e religioso, motivando a vinda de missionário protestantes - principalmente norte-americanos - na segunda metade do século XIX. Entre as estratégias adotadas por estes estava a inserção no plano educacional (SILVA, 2015). Neste contexto, surge em 1870 o embrião que daria origem ao Mackenzie. Inicialmente denominado como Escola Americana, depois como Protestante College e, por fim, como Mackenzie College¹, esta instituição educacional esteve subordinada a um Conselho de Curadores com sede em Nova Iorque até a segunda metade do século XX. Neste período diversos relatórios, atas, impressos para divulgação e documentos foram produzidos, tanto em âmbito administrativo quanto acadêmico, fosse para os mantenedores no exterior ou para o público interno no país.

O objeto dessa pesquisa são os relatórios emitidos pelos dois primeiros presidentes do Mackenzie, George W. Chamberlain (1839-1902) e Horace M. Lane (1837-1912) e que estiveram à frente da instituição desde a sua fundação até 1912. O primeiro de 1870 a 1895 e o segundo a partir de 1896. A análise se

¹ O nome Mackenzie é devido ao benemérito da instituição, John Teron Mackenzie, que deixou em testamento quantia suficiente para comprar parte do terreno onde se encontra a instituição e a construção de um dos seus edifícios.

limitará sobre três aspectos contidos nesses documentos: o espírito ou visão de mundo presente nos discursos e práticas desses missionários protestantes; a concepção norte-americana sobre os países latinos e, por fim, as estratégias adotadas para a implantação de um projeto que buscava estender a influência protestante norte-americana ao continente, configurando um novo modo de ser, pensar e agir.


A hipótese central, sem entrar no mérito das motivações desses missionários, é que suas estratégias, fossem elas de natureza educacional ou proselitista, são mais bem compreendidas num contexto político maior, com uma carga fortemente religiosa. Esse sentimento que esteve na base de uma prática expansionista deve ser buscado na origem dos EUA como país e, principalmente, na doutrina do Destino Manifesto que, ao lado de outras, como a Doutrina Monroe de James Monroe (1758-1831) e a do “Big Stick” de Theodore Roosevelt Jr (1858-1919), presidentes dos EUA, contribuíram para moldar as relações internacionais norte-americanas. Esse recorte conceitual é necessário para se entender os termos constantes nesses relatórios que, lidos de outro modo, soariam anacrônicos.

Enfim, a partir desse estudo, espera-se responder como o *ethos* protestante norte-americano contribuiu para moldar a trajetória de uma das instituições educacionais mais antigas do Brasil e, subsidiariamente, de que forma as concepções religiosas legitimaram a perspectiva política de seus dirigentes.

UMA NOVA VISÃO DE MUNDO PARA UM NOVO PAÍS

Ingleses, suíços, franceses, americanos e alemães vieram ao Brasil para trabalhar, negociar ou morar, trazendo seus hábitos, capital, máquinas, moda, sua visão de mundo e sua religião, predominantemente protestante. Esse movimento, na primeira metade do século XIX, é conhecido como

protestantismo de imigração. Contudo, a partir da segunda metade desse mesmo século tem-se o que se convencionou chamar de protestantismo de missão. Ou seja, passa-se a ter a presença de missionários protestantes em solo brasileiro com o manifesto objetivo de propagação da vertente do Cristianismo que teve origem na Reforma Protestante do século XVI. Assim, metodistas, presbiterianos, episcopais e batistas começaram a enviar seus missionários ao Brasil e, com o tempo, fez-se notar uma das estratégias desse esforço missionário, a abertura de escolas. Fernando Azevedo (1944, p. 348), a respeito dessa inserção no campo educacional pelos protestantes, comenta:



Nenhum fermento novo se introduziu na massa do ensino, a não ser o que se preparava nos colégios leigos ou se formava, nos fins do Império, com o aparecimento das primeiras escolas protestantes, como a Escola Americana, fundada em 1870, em São Paulo, para o ensino elementar [...]. No terreno educacional não haviam estabelecido senão os primeiros contatos nem travado senão os primeiros combates as concepções escolares, correspondentes às duas crenças religiosas e ligadas a duas culturas, já diferenciadas, a europeia e a norte-americana: a pedagogia protestante, progressista e libertadora, que tende antes à emancipação do espírito do que a uma domesticação intelectual, e o ponto de vista católico, mais conservador e autoritário, especialmente do jesuíta [...].

De matriz estadunidense, a Escola Americana foi fundada pelos missionários presbiterianos George e Mary Ann Annesley Chamberlain, em 1870. De acordo com o portal do Instituto Presbiteriano Mackenzie, a senhora Chamberlain recebeu meninos e meninas para a escola que se iniciava sem fazer distinção de sexo, credo ou etnia. Em 1876, na esquina das ruas Ipiranga e São João, em São Paulo, a Escola Americana implantou dois novos cursos: Escola Normal e o Curso de Filosofia. Dez anos depois, em fevereiro de 1896, teve início o curso da Escola de Engenharia Mackenzie com diplomas expedidos pela Universidade de Nova Iorque. Na primeira metade do século XX foram criados outros cursos, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1946); Faculdade de Arquitetura (1947) e a Faculdade de Ciências Econômicas (1950).

Com essas quatro escolas superiores, em 1952, o Mackenzie é reconhecido como universidade pelo então presidente Getúlio Vargas.

A trajetória dessa instituição tem sido pesquisada mais a partir do campo da História da Educação, porém, seu estabelecimento em território nacional, sobretudo na cidade de São Paulo, deve ser compreendido também sob um contexto mais amplo e que se espraia ao longo do século XIX: o processo de independência das colônias portuguesa e espanholas, o colonialismo europeu sobre África e Ásia, a crescente influência dos EUA em direção ao sul do continente americano, com seus interesses comerciais e políticos e as visões de mundo distintas entre protestantes e católicos que começavam a antagonizar em solo brasileiro. Todos esses ingredientes devem ser considerados ao se estudar a história dos colégios protestantes fundados, sobretudo, por missionários norte-americanos, uma vez que os relatórios dos presidentes do Mackenzie apontam nessa direção.

Do relatório mais antigo da Escola Americana (1885-1886), preservado no acervo do Centro Histórico e Cultural Mackenzie (CHCM), percebe-se a legitimação religiosa para os princípios e estratégias a serem adotados nesse empreendimento educacional. Nele, Chamberlain, referindo-se a nova propriedade no bairro da Consolação, destaca que os objetivos da escola seria “receber os moços que se destinam ao ministério das Igrejas evangélicas e ao magistério, bem como dar educação leiga aos que quiserem utilizar-se do methodo e disciplina da ESCOLA AMERICANA” (Destaque do autor, p. 10). Também era explícito o alinhamento confessional da instituição, que se identificava, a princípio, de modo generalizado como cristão.

Quaesquer que sejam as convicções religiosas das pessoas que honram este acto com sua presença, não haverá quem desconheça o papel importantíssimo que o christianismo tem representado na humanidade, arrancando-a da barbarie e propellindo-a para a paz e para a civilisação. [...] Procuramos para o corpo docente os professores mais abalizados para o

ensino das matérias de suas respectivas cadeiras, e não hesitamos arredar d'elle qualquer que julgue que *sua sciencia* lhe dá direito de negar a *sciencia de Deus*, tal qual nol-a ensina Jesus Christo e seus apóstolos (1885, pp. 10-11).

Fica evidente por esta afirmação e por outras práticas adotadas que o Cristianismo era usado para legitimar a visão de mundo dos fundadores da Instituição, inclusive sendo identificado como um meio para conduzir uma sociedade à civilização, tirando-a da barbárie. Outro exemplo de legitimação religiosa para os métodos pedagógicos adotados, tais como, meninas e meninas na mesma classe, é justificado a partir do modelo da família criada por Deus, onde irmãos e irmãs convivem. É tacitamente declarado: “considerando que uma escola christã deve ser o reflexo da constituição divina da família, não duvidamos perpetuar o princípio do ensino mixto na ESCOLA AMERICANA (1885, p. 11).

Em sua tese sobre o *ethos* protestante estar na base da formação da sociedade capitalista, Weber (1992, p. 11) entende que “as forças mágicas e religiosas, e os ideais éticos do dever delas decorrentes, sempre estiveram no passado entre os mais importantes elementos formativos da conduta”. Logo, o campo religioso tem uma capacidade para forjar comportamentos e valores morais com maior intensidade, praticamente, do qualquer outro.

Neste sentido, outro intelectual que identifica a capacidade legitimadora da religião como força estruturante social é Berger (1985, pp. 45-46). Para este sociólogo:

[...] Toda legitimação mantém a realidade socialmente definida. A religião legitima de modo tão eficaz porque relaciona com a realidade suprema as precárias construções da realidade erguidas pelas sociedades empíricas. A religião legitima as instituições infundindo-lhes um *status* ontológico de validade suprema, isto é, *situando-as* num quadro de referência sagrado e cósmico. As construções históricas da atividade humana são olhadas de um ponto privilegiado que, na sua própria autodefinição, transcende a história e o homem.

Em outras palavras, a religião organiza o mundo construído socialmente e tem o potencial de estabelecer valores ou instituições com muito mais propriedade do que legislações que ainda dependerão, em grande medida, do poder coercitivo social ou do Estado e da capacidade de se transformar dispositivos legais em costumes. Ou seja, apropriando-se das categorias de análise de Bourdieu (2015), o campo religioso, por conta do capital simbólico de que dispõe, tem condições para a construção de um *habitus* com muito mais eficiência e efetividade.

No Plano de Ensino da Escola Americana (1885-1886), publicado como material de divulgação, a visão de mundo de seus fundadores fica explícita no programa apresentado, nos valores defendidos e nos princípios educacionais adotados. Sem protocolos é avisado inicialmente que todos os alunos estarão presentes nos atos religiosos da Escola (1885, p. 5, itálico do autor):




Compenetrados destas idéas e certos de que sem ellas não há educação que preste, incluímos na parte obrigatória de todos os cursos, deste estabelecimento, o ensino da *Doutrina Christã*, e os preceitos e practica daquella moralidade, que nasce de uma idéa clara da religião de Christo. [...] Entendemos que ainda estão em vigor *Os dez mandamentos da Lei de Deus*; e são estes, portanto, tomados como norma do ensino moral.

Com isso, buscava-se a formação de um ser humano idealizado e que tivesse por base uma moralidade que permitisse a construção de uma nova sociedade segundo os princípios e valores dos instituidores da escola. O programa constava ainda de atividades físicas que, de acordo com os proponentes, seriam responsáveis por um desenvolvimento sadio e simétrico da inteligência e da moral. O antigo axioma latino do poeta romano Juvenal é citado como reforço dessa concepção: *Mens sana in corpore sano*.

Por sua vez, ao lado do desenvolvimento físico estaria a formação dos costumes e da educação moral. Temas como honradez, amor à verdade, disciplina, cavalheirismo e obediência deveriam ser instilados nos alunos de tal

modo que não se precisasse de regras duras (com exceção das necessárias a moralidade, conservação da saúde e manutenção da perfeita disciplina) e nem de castigos físicos. A justificativa para esse programa fica clara no seguinte apelo: *“A virtude e a severancia [sic], não menos do que a coragem e o braço forte, são verdadeiros pontos de apoio do povo que aspira a ser grande* (p. 5). Esse discurso de uma mudança de paradigma, a necessidade de uma nova visão de mundo e o alinhamento ao modo de ser e pensar norte-americano, está presente de um modo geral nas falas dos missionários estadunidenses que se encontravam em solo brasileiro na virada do século XIX para o XX. Como exemplo, tem-se a fala do Rev. Philippe Landes, missionário em Cuiabá, Mato Grosso:



[...] as nações mais civilizadas do mundo são aquellas que aceitaram a reforma evangélica, os mais atrasados e retrógrados, onde reinam o analfabetismo, a superstição, a ignorância e a immoralidade são aquellas que permaneceram no romanismo. Nos Estados Unidos o governo é altruístico e patriota, o systema de ensino é o mais aperfeiçoado do mundo e as suas industrias tem se desenvolvido espantosamente. Os paizes dominados pelo romanismo, pelo contrario, se vem obrigados a importar dos paizes protestantes as suas machinas agrícolas, seus motores, telephones, machinas de costura, machinas para estradas de ferro e inúmeras outras invenções modernas, ao passo que, os produtos do romanismo são o analfabetismo, a superstição e a illegitimidade (O MATO-GROSSO, 05/12/1915, No 1320).

Depreende-se, portanto desses relatos que, se a nascente república brasileira quisesse trilhar o caminho do progresso, da prosperidade, sair da barbárie em direção à civilização, deveria produzir uma transformação no seu modo de pensar e passar a ver o mundo da perspectiva protestante norte-americana. Para isso, os primeiros passos já haviam sido dados e as consequências do colonialismo poderiam, enfim, ser superadas, deixando o país de ser prejudicado “pela monarquia, pela escravidão e por uma igreja estatal”. Nas palavras de Lane (1890, p. 16), a “nação jogou fora seus três pesos mortos e demanda um novo lugar junto às nações livres”.

CATÓLICOS, LATINOS E POBRES

Para uma melhor compreensão dos discursos e análises feitas pelos presidentes do Mackenzie College entre os anos de 1870 e 1930 é necessário tomar em primeiro plano a concepção que esses missionários/educadores tinham do seu próprio país. Ao atravessarem a Linha do Equador em direção ao Hemisfério Sul e se submeterem ao clima tropical, num país latino e de cultura diferente, eles acreditavam estar cumprindo uma incumbência divina. Os EUA, de modo geral, acreditavam que dessa forma levariam uma cultura, religião e civilização superiores aos latino-americanos e, com isso, fazendo um bem a esses países. Em seu livro, *Ingênuos, Pobres & Católicos*, Menezes (2017, posição 18 do Kindle) sintetiza esse pensamento:



O fato de o norte-americano acreditar que professava uma religião superior foi o primeiro passo para se criar naquele povo a convicção da diferença entre as duas Américas. A religião católica era cheia de erros e se preocupava com a outra vida e não com esta. A protestante queria riqueza nesta vida e defendia uma ética que não havia no catolicismo, e que moldaria a maneira de ser dos dois povos. Raça seria outro elemento de diferença entre os EUA e a América Latina; impressiona como aparecem teorias raciais para mostrar essa superioridade. Ou, em palavras diferentes, a herança colonial iberocatólica estaria por trás do comportamento equivocado da América Latina.

Esse sentimento de uma missão a cumprir por providência divina e que instilava um senso de superioridade em relação aos seus vizinhos, foi construído desde muito cedo na história dos EUA. Thomas Jefferson, 3º presidente dos EUA, em um dos seus discursos, se referia ao povo norte-americano como uma “nação em ascensão, espalhada por uma terra ampla e frutífera”, que se expandia “atravessando todos os mares com as ricas produções de sua indústria, engajada no comércio com nações que sentem o poder e se esquecem do direito” e que avançava em direção a “destinos além do

alcance dos olhos mortais” [...] (1801, posição 45827 do Kindle). Uma expressão seria posteriormente consagrada para traduzir esse sentimento: **Destino Manifesto**.

A autoria dessa expressão é atribuída ao editor e fundador da *United States Magazine and Democratic Review*, John L. O’Sullivan (1813–1895). Ela materializava um nacionalismo cristão particular que ficou marcada em seu editorial sobre a anexação do Texas, em 1845. O mesmo lema seria empregado no *The New York Morning News*, na edição de fevereiro daquele mesmo ano, ao descrever a anexação do Oregon como um cumprimento dessa missão divina que havia destinada a América a ser grande e exportar seus valores de liberdade e democracia. Não muito tempo depois, missionários norte-americanos começam a desembarcar no Brasil imbuídos desse compromisso, que era levar os princípios estadunidenses além de suas fronteiras, fazendo da nação norte-americana um farol a iluminar os povos em trevas, nesse caso, os brasileiros.

Todavia, havia interesses específicos na cidade de São Paulo. Em 1897, o presidente do Mackenzie College, Horace Lane, informava ao Conselho Deliberativo, em Nova Iorque, ao qual a instituição estava ligada, as condições econômicas do estado: “No último ano [1896], o comércio ultramarino do Estado, resultou o montante de 160.534.624,00 de dólares, ou seja, 30% do que é comercializado no país. Nenhum outro país com uma população menor do que 2 milhões atinge um grau tão alto de prosperidade em tão pouco tempo”. (MACKENZIE COLLEGE, 1897). Além das condições econômicas, informações de natureza geográfica, como clima, altitude e população e outras de natureza política, social e jurídica são objetos de análise e compartilhamento.

Deve ser observado que a transição do século XIX para o XX esteve marcada por profundas transformações. No plano internacional foi a época das expansões imperialistas que incluía países europeus, Rússia, Japão e EUA. Avanços na área da comunicação, engenharia, química, farmacêutica e

econômica também definiram profundamente esse período. Todo esse ambiente de euforia, conhecido como *Belle Époque*, teve início com o fim da Guerra Franco-prussiana (1871) e seu declínio e frustração com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914). Quanto ao Brasil, foi o único país da América a ter uma experiência monárquica e viu seu Imperador, D. Pedro II, sendo deposto por um golpe militar, dando início à uma República fardada em seus primeiros anos.

Internamente, o discurso da modernidade era presente. Porém, o moderno estava em importar modelos europeus ou norte-americanos. Esse progresso, ainda que mimetizado, deveria se manifestar nas urbanizações, métodos pedagógicos, moda, propostas políticas e filosóficas ou estruturas jurídicas, a exemplo da Constituição de 1891, que teve por modelo a Carta Magna dos EUA. Enfim, construía-se um ambiente em que a visão de mundo transplantada para o Brasil, que já percorreria o ideário português, inglês e francês, agora se aproximava da visão de mundo norte-americana e São Paulo parecia encarnar esse espírito mais do que qualquer outro estado, algo que os próprios missionários percebiam e expressavam: “a saúde da cidade tem sido demonstrada claramente nos últimos anos. Ela tornou-se um centro ferroviário, além do centro de atividades intelectuais, políticas e materiais da nação” (1890, p. 6).

Um ingrediente se fez especial nessa virada de século. Além do elemento religioso, já abordado, foi o período em que ocorreu a Proclamação da República. De convicções obviamente republicanas, esse assunto esteve na pauta dos interesses dos missionários norte-americanos, sendo matéria presente em seus relatórios. Tanto o fim da monarquia quanto da escravidão, como instituição jurídica, foram objetos de seus comentários (1870, p. 17):

O mundo inteiro admirou-se quando a escravidão foi silenciosamente abolida e um milhão de escravos alforriados tomaram seus lugares nas fileiras do trabalho sem perderem

um dia de trabalho ou derramarem uma gota de sangue. Ainda estamos nos perguntando sobre a maneira plácida com que o antigo império caiu morto nas mãos da nova república. Deve existir um futuro para uma nação que pode trabalhar duas destas revoluções poderosas sem tumultos ou sangue.

Diferentemente do ocorrera ao norte do continente, a república no Brasil não fora resultado de uma revolução burguesa. Liderada por militares, discute-se, inclusive, qual o percentual de participação popular nessa transição de forma de governos. Ainda sem um conhecimento mais aprofundado da dinâmica social e política brasileira, na análise do sistema e da história escravocratas do país feitas por esses missionários, pairava algumas perguntas, ainda que permeadas de otimismo (1890, p, 17):

O que será desta nova república? Ela irá prosperar? Existe alguma possibilidade de tentativa de restauração? Estão são as questões mais feitas por recém-chegados ao Brasil. Nós respondemos resumidamente: A República ainda não possui dois anos. Ao longo dos quinze meses de ditadura o país foi governado por homens fortes, porém inexperientes. Foram cometidos erros, porém a marcha em direção a frente não foi interrompida nem a paz foi perturbada. As mudanças possivelmente mais radicais em qualquer governo foram feitas rápida e silenciosamente. Os monarquistas mais fervorosos já não sonham com a restauração. O país está sob um governo regular. Eleições foram realizadas sob as novas leis sem distúrbios à ordem pública. Os novos estados estão organizando seus governos locais, e tudo está ocorrendo de forma silenciosa e muito boa.

Outra observação feita é quanto a unidade política do Brasil. Nessa questão, é destacada a diferença entre a região norte e sul do país, sendo a última denominada como o Brasil do Comércio. De acordo com Horace Lane (1890, p. 17), não havia um sentimento de unidade entre as duas populações, o único vínculo era de ordem política formal, além de uma origem, língua e nomes comuns. Também para ele era evidente a “alienação de costumes, fervor religioso e progresso material”. Essa unidade, por sua vez, era ameaçada pela configuração geográfica e os imensos “espaços vazios”, em que a única

presença seria a de “tribos indígenas hostis” (1890, p. 18). Uma nota que chama a atenção é a preocupação com as questões indígenas e dos descendentes de escravos. Esses dois grupos serão objetos de considerações futuras, entretanto, no ano seguinte à República, já se observava em relatórios (1890, 9. 19):

Existem dois elementos muito importantes na formação da nação brasileira não usualmente considerados. Primeiro, os índios [...]. cerca de um milhão. [Couto de Magalhães] argumenta que ao longo de suas jornadas do norte ao sul e entre as tribos civilizadas, meio-civilizadas e selvagens, ele nunca encontrou uma comunidade que ele pode chamar de cristianizada. Segunda, os escravos alforriados. O comércio de escravos trouxe para o Brasil um vasto número de negros, - é estimado que existam ao menos dois milhões escravos alforriados e seus descendentes. O manejo destes dois elementos constitui uma questão muito séria para a nova república.

Em menos de uma década, o otimismo já não seria mais o mesmo. “A condição do país não mudou muito para melhor como esperávamos desde meu último relatório. A guerra civil no Sul e a revolta naval deu lugar a uma rebelião de fanáticos no interior da Bahia” (1897, p.1). Nestes casos, falava-se das revoltas durante os governos de Deodoro e Floriano e Canudos. Com o passar do tempo a frustração só aumentaria, dando espaço a relatos nada otimistas.

Referindo-se à Afonso Pena, presidente do Brasil entre os anos de 1906 e 1909, Lane (1907, p. 3) o considera um homem honesto e com grande experiência na vida pública. Contudo, é ressaltado que no país “ainda existe uma classe governante de políticos profissionais que continuaram do império e o povo não é considerado ou consultado, com algumas raras exceções”. No relatório do ano seguinte, 1908 (pp.3-4), o tom pessimista ainda permanece:

POLITICAMENTE, há pouco progresso em direção a uma república real. O país ainda está nas mãos de chefes políticos e oligarquias, herdados do Império. As pessoas não são consultadas sobre quem as representará. Geralmente, há apenas um candidato indicado pelos chefes. Nenhum grande homem

ainda surgiu para dar forma e caráter a uma verdadeira democracia, onde as pessoas são consultadas (grifo nosso).

Depreende-se, portanto, que com o passar dos anos a realidade se impunha sobre as aspirações e desejos desses missionários/educadores, o que, por outro lado, reforçaria a tese de que uma nova mentalidade e *ethos* deveria ser formada no povo brasileiro (1909, p. 9).

Lamento profundamente ser obrigado a dizer que, depois de vinte anos, a República ainda é apenas um nome para cobrir um governo do tipo mais sórdido de artimanhas e intrigas políticas. Ainda não existe uma democracia real, nenhum governo do povo para o povo, mas uma disputa pelo poder e pelos “pães e peixes”.

A LUTA PELAS MENTES E CORAÇÕES

A expansão da influência norte-americana no Brasil não se daria somente com a criação de estabelecimentos de ensino ou com o aumento das relações comerciais. Ela passaria pela disputa das mentes e corações dos brasileiros. Esses deveriam ser convencidos de que estavam diante de uma proposta superior de religião, pensamento e moral. Aliás, esse era o entendimento dos dirigentes do Mackenzie e era o que se procurava passar aos mantenedores nos EUA.

Certa ressalva, contudo, era feita ao estado de São Paulo, pois ele era visto como à frente dos demais nas “questões sociais, morais e políticas” (1909, p. 3). Porém, grande parte desse avanço era atribuída à presença estrangeira com suas “importantes empresas americanas, inglesas e italianas”, criando “uma atmosfera social mais limpa, enquanto na política se aproxima mais de uma verdadeira República”. A mesma avaliação não era feita em relação às demais cidades, principalmente às do interior do país que, segundo Lane (1907, p. 4), ainda preservavam “grande parte da antiga civilização portuguesa”.

Além dessa presença colonial, o componente antropológico do período influenciava na concepção que se tinha sobre a população brasileira onde era

afirmado que: “a mistura de elementos indianos e africanos - não há tipos puros - sem a contenção educacional, produziu um estado de anarquia moral e social que o estrangeiro não tem ideia (1907, p. 3-4). Porém, essa mesma descrição é amenizada posteriormente, cedendo espaço a uma certa ingenuidade inerente aos brasileiros (1909, p. 2):

Não é seguro dizer que as massas no Brasil são imorais, mas antes amorais, - sem clara percepção moral, de acordo com nossa visão da moral -, não violando violentamente ou vagamente os padrões estabelecidos de ética, mas simplesmente fazendo o que seus guias espirituais têm feito há séculos.

Esse preâmbulo é necessário pois ele ajuda a entender as estratégias adotadas pelos missionários protestantes que trabalhavam pela implantação definitiva do Mackenzie em solo nacional, pois esse era visto como uma importante ferramenta para instilar nos brasileiros os sentimentos, a moral, os valores e a religião devidos com o fim do Império e o início de um novo regime de governo.

A Proclamação da República exigiria bases conceituais para a sua construção. Isso, porque, “a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político”. Por sua vez, a importância desse imaginário é que por meio dele se atinge não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo”, constituindo-se, assim, o ambiente em que as identidades, objetivos e inimigos seriam definidos e, passado, presente e futuro, organizados (CARVALHO, 1990, p. 10).

Uma das estratégias para esse embate em torno da construção do ideário da incipiente república era exatamente ocupar o necessário espaço no campo educacional. No relatório de 1890, é formatada a proposta de um College (Faculdade) Cristã em São Paulo, isso porque, entendiam que ela contribuiria “mais do que qualquer outra coisa [...] para formar o caráter de

uma poderosa nacionalidade em desenvolvimento” (1890, p. 4). O modelo pedagógico adotado deveria ser a de “educação cristã completa, igual àquela que pode ser obtida nas primeiras faculdades nos Estados Unidos”. Em termos confessionais, “as Sagradas Escrituras do Velho e do Novo Testamentos devem ser lidas e orações oferecidas diariamente a cada período e que no Dia do Senhor os estudantes devem assistir à adoração pública” (1890, p. 4). De modo muito claro, é explícito que (1890, p 6):

A ideia de que uma Faculdade Cristã Americana neste centro vai fazer mais do que qualquer outra coisa para o caráter da nova nação – para **americanizar o Brasil** e trazer a este a harmonia com instituições livres é uma convicção forçada a todo o homem pensante que olha para este assunto. **Agora é o momento de fazer isto – quando tudo está em solução e antes que os antigos modelos da civilização latina sejam cristalizados** (grifo nossos).

Interessante observar que “americanizar o Brasil” seria levado a termo a partir de uma série de ações que deveriam ser entendidas como o compartilhar dos elementos políticos, sociais e religiosos, principalmente em contraposição aos “antigos modelos da civilização latina”. Logo, teologia e teoria política, moral e *american way of life*, são tomados quase que de modo intercambiáveis. E, como já pontuado, essa narrativa serviria para a construção de uma identidade, no caso, em oposição ao que fosse católico e europeu. Isso fica evidente diante da preocupação manifestada quanto ao fato de jovens completarem seus estudos superiores na Europa ou, por questões financeiras, deixarem de estudar (1890, p. 13).

Nós vemos, com profundo arrependimento nossos garotos que depois de terem finalizado seu curso, mandados para a Europa para obter a educação que não podemos dar a eles. Pais cristãos ricos, patronos de nossa escola, enviaram, com grande relutância, seus filhos para a Alemanha porque não podemos prover a eles ramos superiores de estudo. Outros garotos, de pais pobres, deixaram seus estudos; e seus talentos estão, em

grande escala, perdidos para a nação por falta de oportunidade de desenvolverem-se.

Esses relatórios serviam como meios para se arrecadar fundos para as atividades desenvolvidas em outros países. O discurso adotado era descrever as fragilidades locais, apelar ao senso de responsabilidade que caberia aos EUA por serem portadores de um modo de vida superior e às vantagens advindas desse tipo de empreendimento (1890, pp. 8 e 10):

Nós temos razões para acreditar que, sob a nova ordem das coisas, as relações amigáveis com o Brasil vão aumentar e serem estreitadas. Existem fortes razões políticas e econômicas para tornar as nações americanas mais próximas. [...] O recente tratado de reciprocidade no comércio demonstra que os homens de Estado de ambos os países compreenderam a situação. Em um amplo campo de reciprocidade não deverá haver linhas nítidas que separem as nações americanas. [...] Uma nação livre de repente nasceu. Suas instituições republicanas já estão tomando forma e eficiência por meio de mãos desacostumadas. Já, também, a reciprocidades mescla os interesses deles com os nossos. É essencial para o nosso bem-estar e paz – e deve ser para a paz do mundo – que os Estados Unidos do Brasil assim como os nossos Estados Unidos da América, erguer-se da estagnação, corrupção e decadência do papado e fortalecer-se contra as forças explosivas do comunismo e da anarquia.

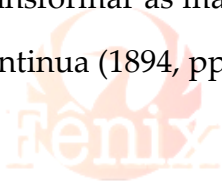
Evidentemente, sendo educacional a natureza do empreendimento, as análises nesse campo são muitas, tanto em termos conjunturais como de natureza pedagógica ou metodológica. Uma das situações apontadas é que, se a nação protestante do Norte não se movesse para fazer algo rapidamente em termos educacionais outros o fariam e quanto ao ensino superior, havia a certeza de que a Igreja Católica se moveria nesse sentido. Outra ameaça, segundo os dirigentes do Mackenzie College, era o Positivismo (1890, p. 12). Aliás, sobre esse embate em que diferentes visões de mundo disputavam entre si a função legitimadora do Brasil republicano, Carvalho (1990, p. 9) destaca que:

O instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder. Havia no Brasil pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo. As três correntes combateram-se intensamente nos anos iniciais da República, até a vitória da primeira delas, por volta da virada do século.

Ainda que algumas das análises emitidas por esses missionários estivessem eivadas de valores próprios da época e contaminadas pela urgência do Destino Manifesto, havia lucidez suficiente para perceber que o Brasil era um palco em que correntes teóricas diferentes disputavam a hegemonia na formação de uma nova estrutura de governo. De acordo com Lane, o jogo estava em aberto e as igrejas protestantes da América do Norte estavam diante de uma oportunidade que não subsistiria indefinidamente. Daí o enfático apelo: “Devemos assumir o trabalho ou deixar esta vantagem para os Pensadores Livres ou aos romanistas” (1890, p. 13). Nesse caso, esses Pensadores Livres eram em sua maioria maçons, republicanos, positivistas, laicistas e se opunham ao clericalismo presente nas instituições brasileiras (COSTA, 2007, p. 458). Para os missionários instituidores do Mackenzie, o contexto era visto como oportunidade que não podia ser desprezada e a estratégia empregada deveria ser educacional. Por ela, se formaria um novo cidadão para um novo país que surgia. O apelo era feito não apenas em sentido de oportunidade, mas, principalmente, de responsabilidade (1890, p. 26).

Nós damos por certo que a Igreja Presbiteriana não deseja limitar o trabalho educacional que tão grandemente começou para limitar-se às linhas sectárias, mas deseja alcançar a educação da nação de forma mais ampla, em um sentido elevado – trazendo do conhecimento correto da Palavra de Deus sua pedra principal, ramificando-se dela, como ponto central, e apropriando-se de todos os meios legítimos que promoverão o desdobramento consciente da mente, o crescimento do poder intelectual, a formação de um caráter cristão completo para ajudar na construção da nação brasileira em toda a dignidade de uma nação cristã.

Porém, a questão também envolvia método e como esse seria aplicado à realidade brasileira, inclusive para sanar o que era tido como prejudicial à formação desse novo cidadão. Pelos relatórios, fica claro que a escravidão deixou marcas indeléveis no *ethos* do brasileiro e um deles foi a aversão ao trabalho manual que deveria ser executado pelos escravos. Na nova escola, as artes mecânicas eram vistas como um remédio a esse mal. Um exemplo a ser citado está na oficina de marcenaria, mencionada como um meio para se criar “um saudável respeito pelo trabalho como trabalhador; quebrando completamente o preconceito surgido do sistema de trabalho escravo”. Além do objetivo em dignificar o trabalho em si, havia a justificativa de ser um instrumento para “trazer hábitos de atenção, correção, precisão na observação, perseverança, autossuficiência e afiar as percepções do sentido”, além de transformar as mãos em uma mão-de-obra útil (1890, p. 25). Em outro relatório, continua (1894, pp. 15-16):



www.revistafenix.pro.br

A Escola Americana quer ser americana no sentido mais lato da palavra. Sonhamos em criar, com o correr do tempo, um estabelecimento completo em todas as suas partes, para ambos os sexos. Não uma imitação servil das Escolas da América do Norte – mas uma adaptação do que há de melhor nelas, ao meio, à índole do povo, às melhores tradições da sociedade, às instituições políticas e as necessidades econômicas desta América.

Sutilmente percebe-se uma inflexão quanto ao deliberado propósito de se americanizar o Brasil. Pode-se cogitar que o ajuste no discurso se deva às reações que viam na proposta educacional uma estratégia para a expansão imperialista dos EUA. Esse cuidado deveria ser tomado, já que havia dois públicos receptores distintos. Um interno, de onde viriam os alunos e outro externo, que ajudaria a financiar o empreendimento. A citação acima faz parte do material de divulgação em São Paulo do Mackenzie College, escrito em português, portanto, para o público interno; já a citação a seguir, em inglês no

original, reforça o objetivo da escola e que chama a atenção em enfatizar a continuidade dos propósitos originais dos instituidores. Entre um documento e outro tem-se um espaço de três anos, o que pode justificar esse ajuste nas narrativas (1897, p. 2):

Continuamos tendo em vista que o grande propósito do colégio e da escola é levar todos os que estão sob sua influência ao conhecimento de um cristianismo mais puro; ao mesmo tempo, não perdemos de vista o fato de que não somos uma igreja, mas uma instituição de ensino que representa, na medida do possível, o que o cristianismo protestante fez, está fazendo em termos educacionais, o que há de melhor em as ideias e práticas da América cristã que podem ser adaptadas ao Brasil; devemos desenvolver o caráter de acordo com os padrões de vida da América cristã. [...] Nossa ansiedade não é tanto fazer protestantes de qualquer denominação em particular, mas sim produzir homens e mulheres cristãos honestos e bons cidadãos. [...] No lado religioso do nosso trabalho, confiamos na Bíblia, na música evangélica e na influência do exemplo cristão. Nenhuma pregação é feita na escola. Nosso curso completo de instrução bíblica foi dado em relatórios anteriores. Temos algumas provas convincentes do valor do nosso trabalho nesta direção.



Uma leitura atenta desse trecho leva a pensar que algum ajuste estava em curso, seja na mente do Presidente do Mackenzie College ou algum tipo de pressão externa para que a instituição exercesse uma função mais proselitista em seus atos. Tal hipótese pode ser deduzida da necessidade de se afirmar que o Colégio não era igreja, mas, que os objetivos do desenvolvimento de um caráter americano cristão ainda faziam parte dos objetivos expressos, o que deveria ficar evidente pelas diversas práticas religiosas desenvolvidas.

A argumentação sobre o valor do empreendimento educacional e sua expansão era defendido, apelando-se às diferentes áreas de oportunidades e influências. No mesmo relatório se lê que as escolas americanas em São Paulo deveriam ser consideradas a partir das seguintes possibilidades: primeiro, uma

influência cristianizadora, depois, como uma força socialmente eficaz e, por fim, sob o aspecto comercial.

No primeiro caso, essas escolas proveriam uma educação no conhecimento e na vida cristã. No segundo, uma potência social, sendo a Bíblia apresentada como o único fundamento seguro da sociedade e que forneceria uma base cristã para a educação e estabeleceria um padrão de vida cristão. Por último, quanto ao valor comercial, é pertinente a citação a seguir (1897, pp. 6-7):

Tem como objetivo representar o que há de melhor na vida americana e é a sede das informações sobre os assuntos americanos. Constantemente, em público e privado, insisto que o Brasil deve copiar e patrocinar o nosso país, em vez da Europa. Temos sido amplamente úteis na reconstrução das escolas públicas do Estado segundo o plano americano, fornecendo móveis escolares americanos, livros didáticos, - que publicamos - planos de construção escolar, curso de estudos e planos de organização escolar, bem como professores para suas escolas de formação e introduzimos a formação manual como um ramo do trabalho escolar. Somos constantemente consultados sobre as leis escolares bem como sobre os usos e processos americanos nas diversas linhas de fabricação.



Com os ajustes necessários, por questões de natureza política, os objetivos iniciais se mantiveram ao longo das três primeiras décadas de existência do Mackenzie College e na transição da Monarquia para a República. O propósito era, por meio de instituições educacionais, imprimir uma educação que representasse o tipo americano de educação e sua visão de mundo, pois acreditava-se que na idealização da escola estava a idealização da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conceitos políticos como democracia, república ou liberdade, entre outros, não são fechados em si mesmos e nem entidades ontológicas imutáveis ao longo do tempo. Antes, são construídos historicamente. Como já descreveu Koselleck (2006, pp. 71-72):

Uma palavra pode, subitamente, adquirir alguns novos significados e as demais, não. Uma parte dos significados desloca-se mais rapidamente do que outras e talvez carregue consigo outros deslocamentos. Quando temos clareza teórica a respeito dessa possibilidade, podemos proceder de forma analiticamente precisa e nos interrogar sobre os significados que persistem e os que não.

Essa ressalva é importante, pois ao se discutir conceitos e práticas políticas no Brasil no início de século XXI ou de outras épocas, corre-se o risco de se esquecer dessa advertência de Koselleck. Para que ela seja posta em prática é necessário que se compreenda como esses conceitos políticos foram articulados e construídos ao longo do tempo. Nesse sentido é que se faz importante o estudo da formação política brasileira em geral e republicana em particular.

Contudo, essa formação não se deu de maneira puramente endógena, mas sim na relação com elementos externos, seja assumindo ou combatendo narrativas e atribuições de identidades estrangeiras. Com essas balizas é que se buscou ler os relatórios dos dois primeiros presidentes do Mackenzie. Não apenas como uma forma de autoafirmação ou sentimento antiamericano, mas sim, procurando entender até que ponto as percepções e narrativas construídas por estes protagonistas foram assimiladas internamente ou não. Aliás, cabe perguntar o impacto e a permanência dessas análises no próprio entendimento que o brasileiro tem hoje do vocabulário político.

Tem-se discutido e produzido ao longo dos anos a influência e a herança portuguesa no *ethos* político nacional. Estudos sobre o mandonismo, patrimonialismo ou fisiologismo foram e são feitos para explicar a conjuntura política nacional. Entretanto, de que forma os ingredientes estadunidenses, compartilhados por seus missionários, educadores, financistas e empreendedores, que aqui estiveram e estão, foram assimilados e amalgamados na cultura política brasileira? Em que medida, as políticas elaboradas e o

comportamento social têm desses ingredientes? O objetivo dessa pesquisa, ainda em sua fase inicial, busca responder, mesmo que parcialmente, essas questões.

Pelos relatórios apresentados, fica evidente que a compreensão desses elementos ainda está em sua fase inicial e que uma leitura interna necessita ser realizada nesses documentos, sobretudo eclesiásticos, visto que a compreensão da relação entre religião e política na construção social foi e ainda é um grande desafio.

REFERÊNCIAS

RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES

CHAMBERLAIN. G. W. **Instituto de São Paulo / Escola Americana**, 1885-1886.

LANE, H. M. **Instituto de São Paulo / Escola Americana: Plano de Ensino**, 1885-1886.

MACKENZIE COLLEGE PRESIDENT'S REPORT TO THE BOARD OF TRUSTEES, 1895

MACKENZIE COLLEGE PRESIDENT'S REPORT TO THE BOARD OF TRUSTEES, 1907

MACKENZIE COLLEGE PRESIDENT'S REPORT TO THE BOARD OF TRUSTEES, 1908

MACKENZIE COLLEGE PRESIDENT'S REPORT TO THE BOARD OF TRUSTEES, 1909

MACKENZIE COLLEGE PRESIDENT'S REPORT TO THE BOARD OF TRUSTEES, 1910

MACKENZIE COLLEGE PRESIDENT'S REPORT TO THE BOARD OF TRUSTEES, 1911

MACKENZIE COLLEGE PRESIDENT'S REPORT TO THE BOARD OF TRUSTEES, 1912

SYNOPSIS OF PRESIDENT LANE'S REPORT TO THE BOARD OF TRUSTEES OR THE PROTESTANT COLLEGE AT S. PAULO, BRAZIL, 1897.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR NETO, Benedito Guimarães; MENDES, Marcel; GUIMARÃES, Alexandre Huady Torres (Org.). **Retratos da nossa história**: Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo: Mackenzie, 2013.

AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 8ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: UNESP, 2007.

GARCEZ, Benedicto Novaes. **O Mackenzie: 1870-1960**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2004.

GOMES, Antônio Máspoli de Araújo. **Religião, educação e progresso**: a contribuição do Mackenzie College para a formação do empresário em São Paulo entre 1870 e 1914. São Paulo: Ed. Mackenzie, c2000.

HACK, O. H. **Mackenzie College e o ensino superior brasileiro**: uma proposta de universidade. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2002.

HACK, O. H. **Protestantismo e educação brasileira**. 2a. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.

HACK, Osvaldo Henrique. **Mackenzie College e o ensino superior brasileiro**: uma proposta de universidade. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

HACK, Osvaldo Henrique. **Raízes cristãs do Mackenzie e seu perfil confessional**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2003.

KOSELLECK, Reinhart; HEDIGER, Markus. **Histórias de conceitos: Estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

Mackenzie em três séculos. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2013.

MENDES, Marcel. **Tempos de Transição: a nacionalização do Mackenzie e sua vinculação eclesiástica (1957-1973).** 2a ed. São Paulo: Ed. Mackenzie.

MENDES, Marcel; CONTIER, Arnaldo Daraya (Orient.). **A escola de engenharia Mackenzie College e a questão do reconhecimento (1932-1938).** 1999. x, 183, xxxviii f. Dissertação (mestrado) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 1999

O'SULLIVAN, J. L; TILDEN, S. J. **England and the Oregon Territory.** In: The New York Morning News. Vol. 1, No. 144. Disponível em: [The New York morning news \(ufl.edu\)](http://www.ufl.edu/morningnews). Acesso em 08 de julho de 2021.

O'SULLIVAN, J. L. **Annexation.** In: United States Magazine and Democratic Review. Vol. 17, no.1 (July-August 1845). Disponível em: ["Annexation" \(grinnell.edu\)](http://www.grinnell.edu/annexation). Acesso em 08 de julho de 2021.

PEREIRA, Gustavo. **Christiano Stockler das Neves e a formação do curso de arquitetura do Mackenzie College: um estudo sobre a disseminação dos métodos da 'École des Beaux-Arts de Paris' e das 'Fine-Arts schools' norte-americanas.** 2005. 496 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2005.

PORTAL INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE. **História do Instituto.** Disponível em: <https://www.mackenzie.br/instituto/historia-do-instituto>. Acesso em 07 de julho de 2021.

SAID, Edward. W. **Cultura e Imperialismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Ivanilson Bezerra da. **A figura de Horace Lane: lutas de representações e formação da rede de Escolas Americanas no Brasil (1885-1912).** Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2015.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo.** 7ª edição. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1992.

RECEBIDO EM: 04/04/2023

PARECER DADO EM: 29/05/2023